CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Após falha em lacres, perícia de SP diz não manter backup de dados do caso Dark Horse

Fonte original: ICL Notícias. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ICL Notícias (iclnoticias.com.br)
Autor	Felipe Rabioglio
Data de publicação	14/09/2026 05:25
URL original	https://iclnoticias.com.br/apos-falhas-em-lacres-pericia-de-sp-diz-nao/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama
Organizações	Fastfuture Tecnologias Emergentes, Prefeitura de São Paulo, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Instituto de Criminalística, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Secretaria Municipal de Inovação, Instituto de Criminalísticas de São Paulo, Secretaria da Segurança Pública
Data da coleta	29/09/2026 10:22
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 12:05
Versões	2 — editada após a publicação (última alteração 30/10/2026 10:05)



Imagem: reprodução / ICL Notícias

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

RESUMO

Por Cleber Lourenço e Juliana Dal Piva O Instituto de Criminalística de São Paulo afirma não manter backup de dados extraídos de aparelhos periciados na investigação que alcançou o caso Dark Horse. A informação consta de laudos da própria perícia e ganha relevância porque equipamentos apreendidos no mesmo inquérito já haviam sido devolvidos à Polícia Civil por problemas nos lacres e precisaram ser novamente acondicionados antes dos exames.

Por Cleber Lourenço e Juliana Dal Piva

O Instituto de Criminalística de São Paulo afirma não manter backup de dados extraídos de aparelhos periciados na investigação que alcançou o caso Dark Horse. A informação consta de laudos da própria perícia e ganha relevância porque equipamentos apreendidos no mesmo inquérito já haviam sido devolvidos à Polícia Civil por problemas nos lacres e precisaram ser novamente acondicionados antes dos exames.

Em um dos laudos, o Núcleo de Perícias de Informática diz que não possui estrutura para armazenar o volume de informações retiradas dos dispositivos. Em outro, o instituto afirma não dispor de uma Central de Custódia Digital e faz um alerta: se for preciso repetir uma extração, será necessário apresentar novamente o aparelho original e a nova tentativa, dependendo do estado do equipamento, poderá não recuperar os dados.

Os documentos estão na investigação da Polícia Civil sobre o contrato do Wi-Fi Livre da Prefeitura de São Paulo com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Gama. A apuração passou a se conectar ao financiamento de “Dark Horse”, filme sobre Jair Bolsonaro produzido pela Go Up Entertainment, também de Karina.

Perícia diz que não faz backup

A limitação aparece de forma explícita no Laudo Pericial 228.263/2026. Ao explicar o destino dos dados obtidos durante o exame, o Núcleo de Perícias de Informática afirma:

“Este Núcleo de Perícia não dispõe de suporte de mídia para armazenamento da quantidade de dados extraídos dos dispositivos analisados diariamente, motivo pelo qual não são realizados backups das extrações efetuadas.”

O documento acrescenta que, se os investigadores precisarem de uma nova extração, terão de apresentar outra requisição e encaminhar novamente o aparelho ao instituto.

Outro laudo produzido na mesma investigação, o 228.226/2026, registra uma limitação ainda mais ampla:

“Este Instituto de Criminalística, até o presente momento, não dispõe de Central de Custódia Digital para controle e guarda do conteúdo extraído da memória da peça de exame.”

A perícia explica em seguida a consequência prática dessa estrutura. Qualquer novo exame dependerá de nova requisição e da apresentação do equipamento original. E ressalva que a nova tentativa de extração, “a depender do estado da peça de exame, poderá ser infrutífera”.

Os laudos não dizem que houve perda ou adulteração de informações. O ponto registrado pelos próprios peritos é que o instituto não mantém uma Central de Custódia Digital e que o núcleo afirma não realizar backups das extrações devido à falta de suporte para armazenar a quantidade de dados processados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Aparelhos já haviam voltado por problema nos lacres

A ausência de backups próprios ganha peso diante do que havia acontecido semanas antes com parte do material apreendido.

Os equipamentos foram recolhidos em 1º de junho, durante operação da Polícia Civil em endereços ligados ao ICB, a empresas envolvidas na execução do Wi-Fi Livre e à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT).

Parte do material enviado ao Instituto de Criminalística, porém, retornou à Polícia Civil antes da realização dos exames.

Uma certidão lavrada em 8 de junho registra que os objetos "retornaram do Instituto de Criminalística" e precisaram passar por "readequação dos invólucros e a aposição de novos lacres".

O próprio documento explica por que a medida foi adotada: "a fim de preservar a integridade dos objetos e assegurar a manutenção da cadeia de custódia".

A ocorrência voltou a ser mencionada posteriormente pelo delegado responsável pela investigação. Ao relacionar os documentos que seriam juntados aos autos, Antonio Carlos Munuera Silveira descreveu a certidão como uma comunicação sobre a:

"necessidade de readequação dos invólucros encaminhados ao Instituto de Criminalísticas de São Paulo relativos aos objetos apreendidos, a fim de preservar a integridade da prova e assegurar a manutenção da cadeia de custódia".

Só depois da troca dos invólucros e da colocação de novos lacres os equipamentos puderam ser novamente encaminhados para análise.

Nem todos os equipamentos puderam ser acessados

Os laudos mostram ainda que a perícia encontrou obstáculos para acessar parte dos dispositivos apreendidos.

Em um iPhone recolhido em endereço relacionado à Complexys/FastFuture, o Instituto de Criminalística informou que o aparelho estava protegido por uma senha numérica de seis dígitos que não havia sido fornecida.

A ferramenta forense disponível também não oferecia suporte para desbloquear aquela combinação de aparelho e sistema operacional. O laudo registra que "não foi obtido êxito no desbloqueio do aparelho" e conclui:

"nada se pode afirmar quanto ao teor de possíveis conteúdos de interesse."

Em outro equipamento, apreendido em endereço ligado à Urban Connect, o armazenamento estava criptografado. A perícia constatou que a chave necessária para acessar o conteúdo não havia sido fornecida junto com o material, o que impediu a análise dos dados.

Isso não significa que os problemas de acesso tenham relação com a falha anterior nos lacres. Os documentos, porém, mostram que parte das provas digitais ficou dependente da preservação dos equipamentos físicos e da possibilidade técnica de submetê-los a novos procedimentos.

Laudo aponta fila de exames

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Os autos também revelam limitações operacionais dentro do Instituto de Criminalística.

Em um laudo referente a um notebook apreendido na Complexys/FastFuture, o perito registra que o caso foi atribuído a ele em 3 de julho. O exame, entretanto, só começou efetivamente em 23 de julho, quando o invólucro foi aberto.

A explicação consta do próprio documento:

“O lapso temporal verificado entre a atribuição e o início dos trabalhos deve-se, exclusivamente, ao elevado volume de casos e à consequente fila de exames pendentes sob responsabilidade deste perito.”

Nesse equipamento, a perícia conseguiu realizar os procedimentos previstos.

Os documentos revelam, assim, uma sequência de dificuldades no tratamento das provas digitais do inquérito: parte dos equipamentos precisou retornar à Polícia Civil para troca de invólucros e lacres; alguns dispositivos posteriormente não puderam ser acessados; um exame aguardou 20 dias em razão da fila da perícia; e os próprios laudos afirmam que o Instituto de Criminalística não dispõe de Central de Custódia Digital e que o núcleo não mantém backups das extrações.

Veja nota da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

“A Secretaria da Segurança Pública esclarece que os 27 dispositivos citados foram lacrados pela Polícia Civil nos locais das apreensões, na presença de testemunhas e encaminhados à Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC).

A recusa inicial dos dispositivos teve caráter preventivo e ocorreu durante a etapa de protocolo técnico do Instituto de Criminalística, responsável por verificar as condições de acondicionamento e lacração dos materiais. Embora os lacres estivessem íntegros, algumas embalagens apresentavam pequenos espaços. Por isso, os materiais foram devolvidos para adequação. O procedimento foi documentado, os itens foram novamente lacrados e, posteriormente, recebidos pela perícia. A medida demonstra o funcionamento dos mecanismos de controle adotados para garantir a integridade da prova.

Não houve acesso, extração ou manipulação dos dados, tampouco comprometimento da cadeia de custódia. A fotografia utilizada pela imprensa não retrata os objetos apreendidos na operação.”

Ao contrário do que os laudos apontam e do que foi declarado pelas autoridades, a SSP afirma que os arquivos ficam guardados nos materiais periciados e também guardados no sistema.

HISTÓRICO
v1 · 29/09/2026 10:22 · como foi encontrada · página SHA-256 5e9ddd1b7430fbbaeea8…
v2 · 30/10/2026 10:05 · alteração pequena · página SHA-256 1b9fea47e411efa68782…

lacre

Fonte original: https://iclnoticias.com.br/apos-falhas-em-lacres-pericia-de-sp-diz-nao/ · Coletado em 29/09/2026 10:22 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.